



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0006867-67.2017.8.26.0566 - 2017/001955**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falso testemunho ou falsa perícia**
 Documento de Origem: **IP - 182/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **SANDRO MANOEL DE ARAUJO**
 Data da Audiência: **19/07/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **SANDRO MANOEL DE ARAUJO**, realizada no dia 19 de julho de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Então, foi inquirida a vítima **NILDO DIAS**, sendo realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. SANDRO MANOEL DE ARAUJO**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 342, §1º, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, observando-se a reincidência e a confissão. A defesa requereu a improcedência da ação penal. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Todavia, afirmou que o fez em razão de coação moral irresistível, uma vez que se encontrava preso e os demais detentos de sua unidade sabiam que era testemunha chave no processo. A alegação em si é absolutamente crível. Com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

efeito, é saído que organizações criminosas atuam dentro do sistema penitenciário nacional, com alto poder de intimidação, decorrente de práticas violentas, das quais não escapam os próprios detentos, funcionários do sistema e a população em geral. É justo admitir o fato tal qual narrado pelo acusado, a fim de reconhecer que não tinha outra alternativa, senão a de faltar com a verdade para preservar a própria vida e ou a de seus familiares. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **SANDRO MANOEL DE ARAUJO** da imputação de ter violado o disposto no artigo 342, §1º, do Código Penal, com base no artigo 386, VI, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Solicite-se ao Juízo Deprecado a devolução da carta precatória expedida, independentemente de cumprimento.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: